

Entre palavras e coisas: nominalismo e conceituação na historiografia das ideias e a afirmação da “Escola do Recife”

Aruanã Antonio dos Passos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Pato Branco - Paraná - Brasil
aruana.ap@gmail.com

Resumo: O trabalho procura discutir a problemática dos nomes e dos conceitos no interior de um quadro amplo historiográfico que inclui diversos debates e autores em múltiplos contextos temporais e espaciais, mas que giram em torno da chamada “História das Ideias”, “História Intelectual” e “História dos intelectuais”. Nos propomos a analisar as formas como nomes e conceitos, por vezes, constituem uma mesma tessitura epistemológica que dá sentido às narrativas historiográficas e como, por vezes, elas determinam as concepções de história, tempo, documento e narrativa para esses autores e obras. Para tanto, recorreremos a constituição da chamada “Escola do Recife” enquanto conceito referente a um conjunto de intelectuais e seu esforço de instituição de um movimento intelectual nascido no Império, mas que se desdobra ao longo do período republicano. Assim, pretendemos contribuir para a crítica da teoria da História e historiografia em sua dimensão epistemológica, para além do embate entre narrativismo e meta-história.

Palavras-chave: Nominalismo. Conceituação. Historiografia. História das Ideias.

Introdução

“A linguagem é um labirinto de caminhos. Você entra por *um* lado e sabe onde está; você chega por outro lado ao mesmo lugar e não sabe mais onde está” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 88).

A historiografia contemporânea é profundamente marcada pela autorreflexão sobre as dimensões da escrita na sua conformação. Implicações práticas, teóricas e epistemológicas e mesmo éticas cercam o debate sobre a função discursiva na produção do conhecimento histórico. Em muito esta discussão tem por pano de fundo a “crise” dos paradigmas estruturalista, marxista e dos *Annales* do final dos anos 70 e, por outro, um chamado “retorno” à narrativa enquanto elemento de especificidade do conhecimento histórico em muito se aproximando das considerações em torno da narrativa literária. Neste contexto podemos analisar o caráter da Escola dos *Annales* e a sua defesa de um resíduo de cientificidade que esteve sempre no lenitivo, tanto da primeira quanto da

segunda geração. Assim, os *Annales* teriam, para muitos, relegado o debate sobre a narrativa a uma dimensão secundária na constituição da História. Parecia dissonante aos ouvidos desse tipo de operação historiográfica, centrada na prova documental, a afirmação foucaultiana de que o fato conta menos do que o seu discurso¹.

Por detrás do debate que se sucedeu a partir dos anos 1960 em torno deste “retorno” da narrativa, encontramos o estabelecimento de novas posturas teóricas e metodológicas em relação à produção de conhecimento histórico. Neste mesmo contexto movimentos se sucedem tangenciando o debate sobre a narrativa, como a micro-história italiana, a *new left* inglesa, a chamada “*linguistic turn*” norte-americana, e propondo uma nova escrita, não apenas do passado em si – se é que podemos tratar o passado dessa forma –, mas a própria autocrítica da prática cotidiana dos historiadores na tessitura de seu ofício. Partindo do texto de Lawrence Stone que motivou polêmica (STONE, 1991), e que se consolidou como “fundador” dos debates contemporâneos da narrativa, podemos estabelecer que a “substituição” da sociologia e da economia pela antropologia e sua exigência epistemológica de uma “descrição densa” (C. Geertz), seria uma primeira causa entre os “novos” historiadores de um (re)posicionamento da dimensão narrativa na constituição do saber sobre o passado. Portanto, o diálogo interdisciplinar incitado e difundido pelos *Annales* estão na origem dessa nova perspectiva reacesa pelo debate dos anos 1960. Stone afirma que a questão da narrativa – e esta talvez seja sua afirmação mais polêmica – demonstraria o fim de um tempo. O tempo em que houvera a “tentativa de criar uma explicação científica coerente sobre a transformação do passado” (STONE, 1991, p.32).

Em contraposição, o historiador marxista inglês Eric Hobsbawm acentuou que esse “retorno” à narrativa denotaria apenas uma mudança temática dentro da disciplina, como se a questão da narrativa não implicasse questões teóricas que pudessem deslocar o eixo das estruturas da episteme sobre as investigações sobre o passado. Já o historiador italiano Carlo Ginzburg², analisando um trabalho de micro-história produzido por Natalie Zemon Davis, no final a historiadora se utilizou da narrativa enquanto ferramenta metodológica fundamental na construção do seu objeto e da sua análise, observa o debate para além da simples polarização entre a adesão de uma moda temática passageira e uma total revolução no estatuto dos estudos históricos. Para ele além de

¹ Para um bom exemplo da relação entre discurso e práticas veja-se: FOUCAULT, 2000, p.180-190.

² Refiro-me aqui ao seu artigo, Provas e Possibilidades à margem de “Il Ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, 1991.

provas científicas o trabalho de Davis demonstrou que mesmo através da condição fragmentária da documentação o uso da narrativa pode abrir o conhecimento do passado para as possibilidades que a narrativa fomenta ao longo do processo. Seria um passo além da ilusão sobre a verdade científica a ser restaurada sobre o saber do passado, além de uma confissão da própria especificidade da natureza perene e frágil do fazer-se desse saber. Porém, e bem ressalta o historiador italiano, “o problema da prova continua mais do que nunca no centro da investigação histórica: mas o seu estatuto é inevitavelmente alterado no momento em que são abordados temas diversos relativamente ao passado, com o apoio de uma documentação também diversa” (GINZBURG, 1991, p. 201).

No limite dessas concepções a referência aos trabalhos de Hayden White (2014, p. 98) são obrigatórias. Para muitos, ao proclamar a história enquanto ficção verbal “documentada”, White esqueceria que para a história ser história, e não apenas narrativa, é necessário que haja um resíduo factual, ou seja, que algo tenha *realmente* acontecido. A questão parece óbvia, mas carrega uma série de implicações teóricas e metodológicas. O problema reside em como conceber que algo do passado *realmente* aconteceu. Esse parece um problema muito mais ontológico do que propriamente histórico, porque desse passado temos no presente apenas fragmentos, “pedaços” que chamamos de documentos ou fontes. Porém, os efeitos causados pela historiografia da chamada “guinada linguística” caíram em erro ao absolutizar o estatuto do passado desta maneira, basta citar as implicações éticas que esse posicionamento gerou em relação aos campos de concentração e seus negacionismos.

Aqui cabe um aparte. White (2019, p. 45) chega a afirmar que: “A fim de imaginar ‘o que realmente aconteceu’ no passado, portanto, deve primeiro o historiador *prefigurar* como objeto possível de conhecimento o conjunto completo de eventos referidos nos documentos”. Porém, não se pode negar que a noção de “imaginação histórica” é fundamental dentro da epistemologia da história atual. Nesse sentido, no limite estamos diante do enfrentamento da questão central da interpretação na construção do saber contemporâneo, já que é inegável que, “(...) toda mensagem transmitida, seja dentro ou fora de um espaço cultural, é objeto de uma reinterpretação. Assim, em todo processo de decodificação, a questão hermenêutica determina, obviamente, o início de todo o processo de apropriação” (SILVA, 2010, p. 209-210).

Assim, a tarefa de uma história intelectual e dos intelectuais prescinde de uma consciência sobre os desafios que a escrita coloca frente a opção metodológica e ao estilo, tanto que secciona os intelectuais do passado, quando a que se pretende assumir no

empenho da análise e crítica das posturas, posicionamentos e ações dos intelectuais e do campo intelectual passado. Dessa maneira, “elaborar uma história intelectual pressupõe pensar as etapas de sua edificação, de sua circularidade, de sua aceitação ou rejeição, a partir dos interesses em jogo em diferentes setores” (SILVA, 2010, p. 213).

Mas, como podemos definir as etapas pelas quais esse fazer deve se constituir? Inicialmente, devemos considerar o estatuto geral dos fragmentos textuais e dos *modus operandi* desses fragmentos sempre nos atentando para o dever de nos cercar de ferramentas que possibilitem uma melhor compreensão das dimensões possíveis desses fragmentos no devir histórico. Isso implica invariavelmente numa reflexão sobre o estatuto desses fragmentos textuais e de suas relações com o campo intelectual. As noções fundamentais para esse tipo de investigação deveriam incluir: texto/contexto, autor, dinâmica das apropriações, intertextualidade etc. Noções cambiantes entre a análise do discurso, filosofia da linguagem, uma história dos conceitos, uma perspectiva sociolinguística e a história intelectual e dos intelectuais. Portanto, interdisciplinar *per se*. Como ressalta Keith Jenkins (2005, p. 38), em relação aos conceitos históricos:

Tem-se mesmo a impressão de que eles são mesmo óbvios e eternos e constituem os componentes básicos e universais do conhecimento histórico. No entanto, isso é irônico, pois uma das coisas que a abertura das perspectivas historiográficas para horizontes mais amplos devia ter feito era justamente historicizar a própria história – ver que todos os relatos históricos não são prisioneiros do tempo e do espaço e, assim, ver que os conceitos historiográficos não são alicerces universais, mas expressões localizadas e particulares. É fácil demonstrar a historicização no caso dos conceitos ‘em comum’.

No que concerne às perspectivas que colocam em jogo as relações dos indivíduos com a sociedade, dos sujeitos com as estruturas e processo sociais, é preciso encarar o paradoxo dos posicionamentos teóricos que ora defendem uma autonomia desses indivíduos e do lado oposto os olhares, que podemos taxar de “sociológicos”, que condicionam esses indivíduos a causalidades internas inerentes das estruturas de ordenamentos sociais (classe, partido, Estado, Igreja, família, etc.) que estes indivíduos estão sujeitos. Da perspectiva de uma história dos intelectuais é preciso atentar para o fato de que, “[...] em certas abordagens sociológicas do meio intelectual, é, de fato, toda uma visão teleológica da história que é exposta, com o risco de falsear a realidade histórica”. A problemática de uma perspectiva sociológica dessa natureza incita o questionamento da aporia de se reduzir o campo de ação intelectual exclusivamente às suas condições sociais. Na provocação de Sirinelli (2003, p. 247-248) a questão é assim formulada: “Mas toda engrenagem do meio intelectual – uma revista, por exemplo, ou a

composição de um conselho editorial – só deve por isso ser estudada com metro de seus supostos efeitos microssociais?”.

Certamente que podemos reduzir o intelectual a uma ou outra posição obtusa. Em nosso caso a questão parece se complicar ainda mais, já que nosso objeto não se reduz a uma geração, esfera, classe específica, ou grupo intelectual ideologicamente homogêneo – se é que existe algum. Como aponta Sirinelli (2003, p. 248):

De fato, e trata-se de um problema de fundo que ultrapassa os intelectuais apenas, não se poderia, entre as chaves legitimamente diversas, utilizadas pelos pesquisadores, deixar espaço para a contingência, para o inesperado, o fortuito? De outro, as engrenagens complexas do meio intelectual são redutíveis a um simples mecanismo, cuja mola seria a ‘estratégia’? Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade Ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.

A determinação generalizante das ações dos intelectuais com vistas ao condicionamento de suas ideias e obras a duas determinações poderosas (tempo e sociedade) seriam a chave para uma teoria geral e mapeamento desses intelectuais? Como destacado acima por Sirinelli, as sociabilidades são fundamentais e carecem de uma historicização cuidadosa. Essa historicização envolvendo biografia dos intelectuais, posturas no seu tempo histórico e posições sociais e culturais, formam uma mescla de fatores e elementos que colocam em xeque às determinações apriorísticas de toda a ordem e que acabam se convertendo em verdadeiras armadilhas hermenêuticas. Assim, as sociabilidades dos intelectuais passam não apenas pela constituição de espaços públicos tal qual os salões iluministas. Mas também pelos espaços textuais de referência e autorreferência construídos pelos intelectuais em suas obras. A esse segundo aspecto buscamos reconstituir as suas feições através da leitura exaustiva dessas obras:

A atração e a amizade e, *a contrário*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel as vezes decisivo. Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda microssociedade. Mas, de um lado, esse peso da afetividade adquire uma significação específica, num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência, e cuja garantia, aos olhos do resto da sociedade é saber jugular suas paixões, a serviço exclusivo da Razão. De outro lado, a imbricação das tensões devidas aos debates de ideias e desses fatores afetivos desemboca talvez, em alguns casos, numa patologia do Intelectual. Com toda certeza, uma tal abordagem é delicada, pois uma tal constatação pôde ser desviada e, de clínica, tornar-se polêmica, alimentando sobretudo uma certa visão anti-intelectualista (SIRINELLI, 2003, p. 250).

As relações entre esses círculos intelectuais que se constituem ao longo do processo histórico em camadas de significação localizadas em temporalidades e contextos geográficos distintos, colocam na mesa de trabalho do historiador a necessidade de que se tenha consciência que em seu trabalho: “a descrição desses três níveis e dos mecanismos de capilaridade em seu interior facilitaria sobretudo a localização de cruzamentos, onde se encontrariam *maîtres à penser* e ‘despertadores’, e o esclarecimento de genealogias de influências – pois um ‘despertador’ pode ocultar dentro de si um outro, que o marcou uma geração antes –, tornando mais inteligíveis os percursos dos intelectuais” (SIRINELLI, 2003, p. 246). Assim, a problemática dessas gerações de intelectuais, passa pela definição das camadas discursivas replicadas entre gerações. É o que abordaremos a seguir no universo dos nomes e conceitos na história da historiografia.

Nomes, textos, contextos e ideias

Mapear o percurso, a trajetória de uma obra e um autor não são objetivos simples e colocam em jogo todos os paradoxos e embates do tipo indivíduo/sociedade. No entanto, abordar os fragmentos textuais reestruturando suas intertextualidades, conexões, debates, referências e autorreferências parece ser um ponto de apoio fundamental para um olhar que possa escapar desses paradoxos, já que: “antes de mais nada, os intelectuais constituem um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativa em termos de tamanho” (SIRINELLI, 2003, p. 234). Assim, pensar a noção de autoria também é de extrema importância no redesenhar de uma trajetória intelectual. Já levantamos a problemática das transferências culturais e aqui a noção de autoria também é decisiva e se por um lado o autor funciona discursivamente como simulacro conectivo de uma série de outros discursos, autores, obras, também é inegável que funciona como ponto de ancoragem para o redesenho desses discursos em seu tempo e suas apropriações pela posteridade que acaba conformando aquilo que se tornará “clássico”, “cânone” ou “paradigma” (se levarmos em consideração a formulação de Thomas Kuhn (1998, p. 219), para o qual: “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma”).

Segundo Michel Foucault (2012, p. 42): “O nome de autor é um nome próprio; põe os mesmos problemas que todos os nomes próprios (refiro-me aqui, entre outras análises, às de Searle). Evidentemente não é possível fazer do nome próprio uma referência pura e simples”. Dessa maneira, precisamos reconstituir as significações do que querem dizer esses nomes próprios cujas apropriações na posteridade são nosso alvo privilegiado de investigação: palavras, nomes e processos históricos. No entanto, o nome do autor não exerce apenas uma função em determinado discurso, porque ele permite uma classificação, segundo Foucault. Em outras palavras, ele mantém relação com outros textos se opondo ou se conectando, rivalizando ou reforçando sua significação. Voltamos ao problema das temporalidades já que são intrínsecas as filiações e referências intertextuais:

A recombinação de temporalidades diferentes numa mesma narrativa não é mais vista como uma deformação anacrônica ou mesmo sinônimo de desordem, mas de constituição de um sistema lógico que trabalha com sentidos pré-constituídos. Pela dinâmica interna do sistema e pelos seus enunciados, a narrativa e a estética assumem o papel principal. O conteúdo histórico em essência torna-se periférico, porém sobre o qual ainda se narra e se estiliza. As múltiplas recombinações de temporalidades possíveis no sistema levam a implodir as polarizações de posições tão caras ao pensamento dialético (DIEHL, 2006, p. 371).

Da mesma forma o historiador está submerso nesse mecanismo discursivo já que: “o que o historiador produz é uma expressão textual organizada a partir de pontos de vistas de interesses pelo conhecimento, de perspectivas de orientação teórica, de estratégias metodológicas e de estruturas narrativas” (DIEHL, 2006, p. 379). E o contexto textual e de imersão do intelectual e suas ideias são fundamentais nesse sentido, cabendo ao historiador elencar pontos de ancoragem específicos de acordo com os objetos vislumbrados, tendo em mente que: “O ‘contexto’ pode ser multidimensional: uma situação política específica, um meio social ou cultural, um contexto institucional como um julgamento” (BRETT, 2006, p. 155). Essa multidimensionalidade torna a tarefa de uma restituição das significações discursivas extremamente complexas e coloca em jogo o problema da intencionalidade na produção dos enunciados. Nas palavras de Gildo Brandão (2005, p. 244-245): “Na verdade, o significado que uma teoria, idéia (sic.) ou interpretação acaba adquirindo mesmo no contexto em que foi produzida, nem sempre coincide com a intenção de quem a fórmula e com o público que a acolhe”.

A esse desafio a chamada Escola de Cambridge propõe uma resolução inerente aos contextos de produção dos textos. A “Escola de Cambridge”, também conhecida pelo rótulo de “escola contextualista inglesa”, ou apenas o “contextualismo inglês”, assumiu

nos estudos de história intelectual um lugar de destaque nas últimas décadas, especialmente na perspectiva do estudo das linguagens políticas. Reunindo autores como John Pocock, Quentin Skinner, John Austin e John Searle seus preceitos partem do seguinte ponto:

só podemos compreender o que um autor estava a fazer ao escrever determinado texto se conhecermos as circunstâncias desse acto. Esta teoria resultou num método que estipula que, para compreendermos os textos pelos actos discursivos específicos que representam, teremos de compreender o contexto histórico no qual são proferidos (BRANDÃO, 2005, p. 155).

Para esses autores, ligados ao conhecido contextualismo inglês: “‘pensar’ é usar palavras de um determinado modo dentro de um horizonte linguístico particular. Não existe pensamento além das palavras, ou seja, um pensamento que possa ter uma história própria, independente da actividade historicamente específica dos utilizadores da linguagem” (BRANDÃO, 2005, p. 156). Dessa maneira é que a chamada *Begriffsgeschichte* alemã se desfaz, porque: “os conceitos são conexões e jogadas linguísticas – nada mais”, até porque nesse viés, “não existe um ‘conceito’ supralinguístico numa qualquer dimensão abstracta disponível ao historiador intelectual” (BRANDÃO, 2005, p. 156). Em outras palavras: “a fronteira entre linguagem e acção, entre o discurso e o não discurso, é sempre negociada” (sic.) (BRANDÃO, 2005, p. 158).

Texto/contexto é outro nó teórico insolúvel numa pesquisa que se vale de fragmentos discursivos do passado para a compreensão das apropriações e transferências culturais: “As relações entre os textos e os seus contextos específicos, que podem ajudar-nos a compreender a intencionalidade dos primeiros, devem, pois, ser entendidas como igualmente complexas e mutuamente determinantes” (BRANDÃO, 2005, p. 158). Determinação mútua e não apenas a redução de ideias a determinada conjuntura cultural ou política. Nas palavras de John Pocock (2003, p. 27), “o autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas”. Mas, haveria uma autonomia relativa ou absoluta dos agentes de um discurso em sua elaboração e circulação de significantes? Pocock (2003, p. 29) desloca a questão para outro nível: “Mas também achamos possível perguntar se um ator ‘sabia o que estava fazendo’, sugerindo, com isso, a possibilidade de uma lacuna entre intenção e efeito, ou entre a consciência do efeito e o efeito propriamente dito”. Haveria em nosso caso específico e nas dimensões deste trabalho a possibilidade de determinar o *leitmotiv* intrínseco a essas apropriações

culturais? Aos nossos olhos a dialética do nominalismo pode ajudar a compreender essas tensões:

O intuito, claro, é demarcar a existência, no plano das ideias (sic.) e das formas de pensar, de continuidades, linhagens, tradições, o que, convenhamos, não é de pouca monta em um país e em uma historiografia que insistem a seco, com tristeza, ou ironicamente, o efeito é o mesmo – em dizer que a vida intelectual nunca deixou de ser o passatempo de senhores ociosos, que nunca houve conservadorismo entre nós porque entre eles não há pensamento, o liberalismo foi sempre de fachada, o socialismo não passou de amálgama entre positivismo e estupidez etc. (BRANDÃO, 2005, p. 245).

Tal qual enunciado por Michel Foucault, a autoria é apenas uma função do discurso se constituindo como uma unidade do discurso. Assim, como a unidade de uma palavra ou conceitos são manipuladas (não necessariamente no sentido autoconsciente e determinado, mas em sua acepção de uso e funcionamento em determinada argumentação ou debate), na construção de uma cultura historiográfica? E o que essa manipulação nos revela? Já que, “a arqueologia foucaultiana mata o agente-autor e, assim, esse modo de história intelectual depende da noção de acção histórica individual. Mas não é anti-histórica, no sentido em que continua a situar e a localizar no espaço e no tempo esses blocos de discurso ou ‘regimes de verdade’” (BRETT, 2006, p. 160). Podemos considerar que no nível da temporalidade essa dissolução do sujeito-autor implicaria em uma possibilidade de flexibilização dos fluxos temporais que pudessem acompanhar o fluxo das ideias? Questão extremamente delicada que toca de maneira incisiva na pluralidade do desenvolvimento de nossa história intelectual, mas também nas discontinuidades desse desenvolvimento. Pocock (2003, p. 27) argumenta que no concernente à intencionalidade do autor que é salutar que quanto mais “provas o historiador puder mobilizar na construção de suas hipóteses acerca das intenções do autor (...) maiores serão as suas chances de escapar do círculo hermenêutico”, e isso porque “o autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas”. Como ressalta Gildo Brandão não se trata apenas de demarcar posições num vasto e acidentado campo, mas também identificar certos padrões de filiações desses intelectuais, ainda que pareçam contraditórias e enganosas num primeiro golpe de vista. Vejamos:

Não se trata sequer de imaginar no plano das constelações ideológicas – ainda que esta seja a esfera do real que muda mais lentamente e tenha maior capacidade de sobrevivência uma espécie de reprodução dessa história imóvel de cinco séculos que, pela direita e pela esquerda, algumas das “interpretações do Brasil” injetaram no senso comum, teorias segundo as quais o que viria a

ser a sociedade brasileira já estava prefigurado civil e economicamente tão logo o português aqui montou a primeira feitoria ou começou a produzir para o mercado mundial. Ao contrário, há que partir da altíssima taxa de mortalidade das iniciativas intelectuais de se haver com nossa experiência, de reconhecer que a história das ideias (sic.), das ideologias e das teorias políticas é, em grande parte, um vasto cemitério, de tal maneira que a constituição de “famílias intelectuais” e formas de pensar é mais um resultado do que um pressuposto – padrões que se constituem ao longo de reiteradas tentativas, empreendidas aos trancos e barrancos por sujeitos e grupos sociais distintos, de responder aos dilemas postos pelo desenvolvimento social (BRANDÃO, 2005, p. 251)

Do ponto de vista do paradigma desconstrucionista a resposta é positiva tendo em vista que: “Nas formas radicais de desconstrução, nada nos diz que a intertextualidade deva limitar-se a qualquer momento histórico particular, pelo que ameaça qualquer tipo de história intelectual que dependa da noção de série” (BRETT, 2006, p. 161). Relacionar então, e reconstituir as relações entre textos diversos que dialogam entre si e se referenciam em contextos culturais e temporais distintos é um desafio árduo a ser enfrentado pela história intelectual. Além de um desafio é uma realidade inerente à dinâmica de produção de significados efetivado por intelectuais, já que ideias, autores e obras transcendem sua temporalidade de existência. Irrumpem seu tempo lançando iras ao futuro de maneira indeterminada, perdendo e ganhando outros significados ao longo do tempo. Formando assim camadas de sentidos marcadas pela tradição e pela herança. Assim:

Uma parte das condições para a intertextualidade, uma parte da demissão do autor enquanto agente de significado, é a ênfase no papel do *leitor* na determinação do significado dos textos. A leitura não é entendida como absorção ou consumo passivo de significado, mas como um acto de *escrita*: quando lemos, estamos a escrever. Uma vez mais, nas formas radicais de desconstrução, esta escrita criativa não se limita a um determinado momento histórico, pois ‘nós’ fazemo-la no aqui e no agora (BRETT, 2006, p. 161).

Dessa maneira um dos cuidados que o historiador precisa efetivamente ter na mais alta conta é a historicização profunda dos textos tanto em seus conteúdos quanto em sua materialidade de produção e circulação. Nas palavras de Annabel Brett (2006, p. 162):

Na prática, o historiador terá de tomar em consideração a significação das palavras, o lugar do texto num determinado meio convencional e as possíveis intenções do autor ao escrever o texto, num acto de interpretação ou produção de significado que é necessariamente expansivo e criativo (ou ‘poético’), mas não, portanto, desprovido de âncora histórica.

Ainda sobre o contexto é fundamental delimitar o que entendemos por *contexto*. Recorremos mais uma vez a historiadora inglesa Annabel Brett (2006, p. 162-163):

(...) o uso do artigo definido, como em 'o' contexto, é demasiado simplista e determinista: podem existir diversos contextos para um determinado texto, contextos esses que podem sobrepor-se ou relacionar-se de determinadas maneiras. Além disso, um contexto é, por definição, partilhado com outros oradores – os quais, num dado momento, são os ouvintes ou leitores. O orador ou produtor do texto poderá tentar controlar diversos modos o contexto de sua elocução, ou monopolizar a definição do que está 'fora de contexto'; mas não tem possibilidade de determinar a inclusão de alguns leitores (e leituras) e a exclusão de outros – ainda que recorra à espada, como aconteceu frequentemente, para defender certas leituras e eliminar outras. O carácter público da linguagem impossibilita a sua total sujeição aos propósitos de qualquer agente individual.

Mapear o percurso também envolve a percepção a mais aproximada possível dessas sociabilidades intelectuais onde, “as ‘redes’ secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos” (sic.) (SIRINELLI, 2003, p. 252). E isso é bem verdade para a “Escola do Recife”, como veremos, pois as relações que se estabeleceram nos docentes e alunos reunidos na Faculdade de Direito do Recife a partir da segunda metade do século XIX guardam tanto divergências e debates profundos, quanto elementos comuns de ordenação de pensamento e obra sedimentados por camadas de interpretações que se deram ao longo de nossa história republicana crivada pelo desenvolvimento de processos relacionais e ao mesmo tempo com suas próprias especificidades ao longo da história: como a imprensa, a universidade, os intelectuais e suas relações com os poderes estabelecidos, não apenas o Estado, mas o direito, o sindicalismo, as lutas trabalhistas, dentre outras. Nas palavras de Helenice Rodrigues da Silva (2010, p. 217):

Assim, a introdução de um autor, de uma obra ou de uma corrente intelectual e/ou estética estrangeira, dentro de um espaço cultural nacional, se processa por meio da mediação de “atores”, individuais e/ou coletivos. Edições, missões, instituições universitárias desempenham, igualmente, a função de intermediários nesse processo de deslocamento semântico e de reelaboração de sentido. Investigar os mecanismos de produção, de difusão (transmissão) e de recepção significa fazer uso, igualmente, da história intelectual que se ocupa desses mesmos objetos.

Inegavelmente a investigação das ideias corresponde a uma ampla abordagem do fenômeno, de forma que não se restrinja apenas aos textos. Isso significa considerar que a história intelectual e dos intelectuais como um fato da cultura, portanto, inclusive de outras manifestações que interferem e podem até mesmo condicionar a circulação das ideias. Dessa forma, passamos a analítica da “Escola do Recife” com base nesses pressupostos à luz da definição inicial de seu próprio nome e suas articulações com o

problema do nominalismo na historiografia sobre o movimento. Em outras palavras, a “Escola do Recife” exige um enfrentamento dessa problemática no próprio reconhecimento de sua existência. Esse fato é corrente na historiografia sobre o movimento desde seu nascimento ainda no século XIX. Vejamos.

A Escola do Recife e a problemática dos nomes: elementos para um debate

Essa introdução de autores estrangeiros em nosso contexto nacional é uma constante tanto do contexto em que estavam imersos Tobias Barreto (1839-1889) e Sílvio Romero (1851-1914), ícones da chamada “Escola do Recife”, quanto dos críticos e comentaristas mais recentes do movimento³. Na origem da ação desses intelectuais estava claro que o alvo principal era a Corte do Império e tudo que a caracterizava: sua cultura, língua, política, costumes e, principalmente, o modelo referencial de civilização: a França. A província, especialmente no caso de Barreto, era o espaço da resistência a um centralismo cultural que impunha sua força. Mas também a província representava a possibilidade de, rivalizando com o centro, produzir a distinção do intelectual dentro do campo. Como bem descreve Romero sobre a vida cultural nas Províncias: “Intelectualmente [eles] não oferecem estrada larga e desassombada a seus filhos. E não é só a carreira intelectual que foi expelida das províncias; política, econômica e socialmente o provinciano acha-se quase tolhido, mesmo depois da República” (ROMERO, 1980, p. 582). Temos ainda o diagnóstico incisivo de Tavares Bastos (1839-1875), sobre a condição cultural e política nas províncias do Império.

Nas províncias o mal é gravíssimo. Tinham, no tempo da colônia, governadores por três anos, de ordinário: têm hoje, por auxiliares dos presidentes cada ano. Tinham, outrora, secretários do governo e conselheiros, homens bons e práticos: têm, hoje, por auxiliares dos presidentes, moços sem experiência ou os apaixonados chefes de partido. Daí procede a ausência de tradições e de um plano seguido na administração das províncias. Sem esse plano, os melhoramentos materiais, sobretudo, ficam adiados para sempre, não sem se ter feito cada ano o dispêndio de inúmeras pequenas quotas com outras tantas pequenas obras. As assembleias provinciais e as câmaras municipais, nobres instituições, jazem desanimadas, sem direção e sem vida. A câmara é um recurso demais para o influente local, e a assembleia (sic.) uma aprendizagem política para o pretensioso bacharel (MORAES FILHO, 2001, p.139).

³ Para o debate sobre a constituição da Escola do Recife indicamos: NASCIMENTO, 1999.

Já o Rio de Janeiro, então nossa capital, sofre duras críticas tanto de Romero – que viveu na corte – quanto de Tobias Barreto, que optou por permanecer na província e passou a vida toda nela. Nas palavras de Romero (1980, p. 582-583):

Uma grande capital, até certo ponto absorvente, só é naturalmente justificável quando é essencialmente produtiva; quando num povo dado ela exerce funções especiais e elevadíssimas, indispensáveis à vida da nação, e que não seriam produzidas em qualquer outra parte; quando, em uma palavra é a verdadeira capital intelectual de um país. Para tanto, é essencial que ali esteja mais nitidamente do que em qualquer outro ponto representado o caráter, o espírito da nação. É o que não acontece no Rio de Janeiro. E um só fato bastaria para prová-lo de modo inconcusso sem o auxílio de outras considerações.

Nosso centro político e cultural do Império não cumpriria o papel de verdadeiro centro irradiador de nossa cultura, principalmente, por estar preso a estruturas arcaicas e viciadas pelo próprio Império. Fiquemos uma vez mais com Romero (1980, p. 583):

Em qualquer país antigo ou moderno, onde houve o fenômeno dos grandes centros da vida pública, estes exerciam a dupla função de desenvolver até o mais alto grau as nobres faculdades dos homens de gênio e de consagrar definitivamente a fama, a glória que lhes era devida. Era por isso que os mais notáveis talentos gregos iam a Atenas, e os alemães vão a Berlim ou a Viena. No Brasil nunca se deu isto assim. Ao Rio de Janeiro ninguém, veio jamais aprender; um poeta, um artista, um crítico, um escritor nada aqui tem a aproveitar. O espírito geral é o mais fútil; a cidade tem ares de uma feitoria estrangeira onde tudo é provisório, onde todos tratam de ganhar a sua vida em constante desconfiança mútua. O provinciano jamais veio aqui para desenvolver seu talento ou à procura de glória; veio pedir *emprego*, tratando para isto de esvaziar sua cabeça das ideias que possuía e de encher as algibeiras de *cartas de empenho*. É o caso e quem puder que o conteste.

Assim, para Romero (1980, p. 582-583) eram as províncias que guardavam a chave para nossa renovação cultural: “Como quer que seja, e em todo caso, esse cortesismo, esse parisismo nulificante é contrário ao desenvolvimento autônomo das províncias (...). É claro que essas afirmações fazem parte das distinções e intencionalidades que esses intelectuais almejam alcançar dentro das estruturas sociais relativamente estáticas do império. Assim, entendemos o polemismo característico desses textos como conectivos que lançam no espaço público um conjunto de formulações que transcendem a simples defesa de um ideal ou ainda o puro interesse. Há então uma dinâmica de produção e consumo, se é que podemos nos valer desses termos, de significações e apropriações intelectuais. Como pontua Annabel Brett (2006, p. 163):

O problema é precisamente saber *como* podemos referir-nos a um autor que age dentro de um discurso sem, por um lado, o submergirmos efectivamente no discurso nem, por outro, o remetermos a uma realidade inteiramente diferente, extradiscursiva – na qual qualquer ligação ao texto se converte numa questão de especulação psicológica, de determinismo socioeconómico, ou pior (!).

Não à toa procuramos abordar essa relação entre textual para além de uma leitura “fria” desses discursos, tampouco a uma determinação absoluta de fatores e causas que esvaziam e reduzem as ideias de determinado texto a uma sombra ideológica histórica qualquer. Nem pura retórica vazia de sentido, nem ideal absoluto, mas interpelação entre uma herança cultural e a produção de ideias que projetam ao futuro a sua própria vontade de vivência e permanência no tempo. Ora, é inegável que, como bem pontua Sirinelli (2003, p. 252-253), “um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita”.

E sob os auspícios da herança a nossa “tradição” intelectual é profundamente marcada por dois movimentos. Um interno, que constitui uma rede de filiações. E, intimamente relacionado a este, um externo de apropriações e interferências de contextos estrangeiros. Como diagnostica Octavio Ianni (1993), diante da miscelânea vasta de teorias e interpretações sobre os mais diversos aspectos da existência humana, os modos com que um pensamento afirma esta ou aquela ideia é de fundamental importância para o entendimento não só do próprio pensamento, mas também do nosso modo de ser em sociedade:

Nas diferentes maneiras de focalizar a realidade, distinguem-se interpretações, escolas de pensamento, famílias de intelectuais, estilos de explicação. Mas distinguem-se principalmente por suas perspectivas teóricas. Há de tudo nas interpretações conhecidas: catolicismo, liberalismo, evolucionismo, darwinismo social, positivismo, pragmatismo, marxismo, estruturalismo, existencialismo, funcionalismo, interpretação típico-ideal, hermenêutica e outras. Sem esquecer as várias modalidades de ecletismo e bovarismos. A maneira pela qual o pensamento brasileiro incorpora, copia, parodia ou recria o pensamento europeu e norte-americano compreende um capítulo importante da maneira pela qual ele pensa a formação e a modernização da sociedade brasileira (IANNI, 1993, p. 432).

Ainda, segundo Ianni (1993, p. 438) o pensamento brasileiro tem sido, “[...] principalmente jurídico, sociológico e econômico”. Em nosso caso, o elemento filosófico assume um lugar de destaque para os intelectuais do oitocentos já que a base de suas formações se dava pelos caminhos da filosofia ensinada em seminários católicos. Não à toa a questão nacional já se mostrava no centro das operações destes intelectuais. Como pondera Ianni (1993, p. 432-433):

É provável que uma parte das peculiaridades teóricas, desta ou daquela interpretação, manifeste-se no modo pelo qual se explicam a questão nacional e a modernização. Pode-se mesmo encontrar interpretações baseadas em

teorias distintas, mas coincidentes em alguns pontos, dentre os quais sobressaem os desafios da questão nacional e modernização. Há contribuições de filiação evolucionista, por um lado, e marxista, por outro, que coincidem na convicção de que sociedade civil é débil, pouco organizada, incapaz, gelatinosa. Também há os que consideram o aparelho estatal e a sociedade civil pouco eficientes, anacrônicos, patrimoniais, cartoriais etc., conferindo missão civilizatória às elites empresariais, intelectuais, militares ou outras. Divergem quanto à elite em causa, mais capaz, missionária; mas estão de acordo no que se refere à precariedade ou anacronismo, à incapacidade, tanto do Estado como da sociedade civil.

Esses posicionamentos e interpretações diante de nossa história são visualizadas na fortuna crítica que se ocupou da “Escola do Recife”. No que concerne a essa “vida” do pensamento, é inegável que a ela se liga à condição em que se encontra a historiografia, especialmente a das ideias. Marcada por uma infinidade de possibilidades de abordagem e construção de objetos, uma imperativa prática de estudos de caráter cultural, uma certa efervescência dos trabalhos voltados ao debate em torno do fazer dos historiadores, tanto trabalhos teóricos e metodológicos, quanto voltados para o ensino e a didática da história frente aos desafios do novo século. Seccionando todos esses campos está a reflexão sobre os sentidos da história e da consciência histórica. No diagnóstico de Astor Diehl (2006, p. 376):

Talvez não tivesse havido até agora, na história da formação e consolidação do pensamento historiográfico moderno, um momento em que a questão do debate sobre os sentidos da história estivesse tão em evidência. São inúmeros artigos e livros que procuram considerar o quanto o conhecimento histórico teria a contribuir na formação de uma consciência esclarecedora tanto nas experiências individuais como nas coletivas.

Na perspectiva dos trabalhos de Dominique LaCapra (2012) essa complexidade na abordagem dos objetos na História Intelectual e a dimensão temporal das abstrações ligadas a esse tipo de análise, tem-se que as ideias, textos, obras são constructos que não passam de abstrações extraídas dos textos constituídos por ideias e estruturas de consciência. Em nosso caso, os estudos sobre o pensamento nacional e seu lugar no desenvolvimento dos estudos nas Ciências Sociais sobre os chamados estudos do “pensamento social” no Brasil, Gildo Marçal Brandão (2005, p. 232) chama atenção para a pluralidade de viesses com que a temática já fora abordada:

Como em todo lugar, muita coisa menor foi aí escrita, desde história das ideias que não passava de exposição monográfica das concepções de um autor sem a menor inquietação sobre a **natureza da empreitada teórica e dos processos histórico-sociais** dos quais – pensamento em pauta e forma de abordá-lo – são momento e expressão, até a pretensão de erigir a sociologia da vida intelectual ou a das instituições acadêmicas em sucedâneo da sociologia do conhecimento, de resolver o **problema da qualidade e da capacidade cognitiva e propositiva de uma teoria pela enésima remissão ao grau de institucionalidade da disciplina ou província acadêmica na qual ela surge**. Isso sem falar nas

tradicionais “explicações” de uma obra pela origem social do autor e nas moderníssimas **reduções do conteúdo e da forma** da produção intelectual às estratégias institucionais ou de ascensão profissional ou social das *coteries* (*grifos nossos*).

O que Brandão coloca em perspectivas de análise que, por vezes, acabam reduzindo a analítica das ideias às formas de redução de suas complexidades de circulação e transferência à sua dinâmica social, cultural, de classe etc. Em outras palavras, o que um conceito ou o nome faz é funcionar como conectivo, mas também, invariavelmente como redutor da própria singularidade do acontecimento. Esse fato se complica ao passo que o tempo histórico sedimenta camadas de interpretações e sentidos diversos. Não à toa, as leituras sobre a história intelectual no Brasil sofrem mudanças significativas determinadas pelo contexto histórico da própria interpretação. Por outro lado, a linguagem não pode ser reduzida ao seu estado bruto de simples significante. Aqui concordamos com Hayden White. Dessa forma, no trabalho historiográfico e, aos nossos olhos, o que ajuda no equacionamento desse paradoxo é a dimensão da historicidade, ou seja, a reflexão sobre a inexorabilidade do tempo e do tempo histórico.

Considerações Finais

Cabe realizar aqui um breve esclarecimento sobre o tratamento da temporalidade nessa problemática do nominalismo na História das ideias, já que ela se apresenta – como apontamos – na forma de uma alternativa de solução para a redução do acontecimento ao nome ou conceito. A condição de se tratar como objeto de estudo “ideias” impõe um desafio às definições e aos possíveis tratamentos temporais bastante delicados ao historiador preocupado em acompanhar os movimentos dessas ideias ao longo dos acontecimentos, debates e movimentos sociais e políticos os quais eles emergem como condutores e/ou catalisadores de reflexão, crítica e legitimação ideológica desses fatos. Uma primeira definição fundamental do tempo histórico e sua presente imobilidade e linearidade.

E, em se tratando de ideias essa ilusão é ainda mais corrosiva. Como bem ressalta Márcio Goldman, o valor e sentido das ideias são sempre sentidos na atualidade. Na linha de problematização construída por François Châtelet, em sua *História da Filosofia*, Goldman (1994, p. 24) corrobora a proposta de substituição de uma, “tradicional história das ideias por uma geografia das ideias”. Isso implicaria:

abandonar a ilusão cronológica e sempre um pouco evolucionista de uma sucessão de doutrinas que se encaminhariam para algum destino”, e ainda: “significa também reconhecer a atualidade virtual e potencial de qualquer pensador, ou ao menos admitir que seu estatuto de membro de um passado pretensamente morto é uma questão sempre em aberto.

Outrossim, é inegável que a “história possui sempre um referente na ordem do real” (FALCON, 1996, p. 16). Mas também é inegável que esse referente real se localiza sempre num primeiro momento no presente e não no passado.

Não poderíamos assim analisar a trajetória da *Escola do Recife* na crítica do pensamento nacional através dos signos de uma linearidade e continuidade temporal artificial, simplesmente porque essa trajetória não está marcada com essa característica. Certamente facilitaria em muito traçar as regularidades e continuidades através de uma narrativa coerente que construiria a ilusão da linearidade e continuidade desse percurso de mais de meio século de ideias formuladas, lidas, relidas, apropriadas e reapropriadas. No entanto, como bem ressalta Jacques Rancière (2011, p. 49): “a multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um 'mesmo' tempo, é a condição do agir histórico”. Analisar ideias que tiveram período de latência e sombra, de luz e calor, de brilho e de acinzentamento dialeticamente formados é um desafio à própria redefinição do tempo histórico e suas dinâmicas. Além do fato da autorreferencialidade de textos fora de sincronia temporal e produzidos sob contextos temporais distintos. Neste sentido, Said afirma que: “O Orientalismo é afinal um sistema para referenciar obras e autores”. Assim, Said (2007, p. 54) trata, na essência, de seu objeto – o orientalismo – como um sistema de referência completo entre textos. A ação, as ideias e o tempo confluem ou se rebatem sem um padrão causal simplista. Para retomar o argumento de Rancière (2011, p. 47):

Há história à medida que os homens não se ‘assemelham’ ao seu tempo, à medida que eles agem em ruptura com o ‘seu’ tempo, com a linha de temporalidade que os coloca em seus lugares impondo-lhes fazer do seu tempo este ou aquele ‘emprego’. Mas essa ruptura mesma só é possível pela possibilidade com outras, pela multiplicidade de linhas de temporalidade presentes em ‘um’ tempo.

Uma última ressalva: a acepção de historiografia sobre a crítica do pensamento brasileiro que nos valem aqui inclui não apenas trabalhos realizados por historiadores profissionais ou de formação acadêmica, mas de modo amplo a fortuna crítica sobre o movimento e seus principais membros buscando um panorama mais amplo possível sobre os estados da arte sobre a Escola. Essa observação não é de todo trivial para a compreensão dos efeitos produzidos pelas camadas de sentido relacionadas aos nomes e

conceitos, processo típico no nominalismo aqui referido. Ou seja, num primeiro momento a “Escola do Recife” enquanto movimento em seu tempo e no segundo a *Escola* enquanto “ideia” e “objeto” de manipulação e figuração pela posteridade especializada, são as duas facetas de um mesmo processo relacionado aos nomes e conceitos que envolvem esse movimento, por vezes, inserido dentro do cânone dos estudos do “pensamento brasileiro” ou dos “intérpretes do Brasil”. Outros dois nomes que se desdobram na História das ideias e, estes, em outros mais, o que indica veredas novas ou novos ares para um longo e velho debate.

BETWEEN WORDS AND THINGS: NOMINALISM AND CONCEPTUALIZATION IN THE HISTORIOGRAPHY OF IDEAS AND THE AFFIRMATION OF THE “ESCOLA DO RECIFE”

Abstract: The work seeks to discuss the problem of names and concepts within a broad historiographic framework that includes several debates and authors in multiple temporal and spatial contexts, but which revolve around the so-called “History of Ideas”, “Intellectual History” and “History of intellectuals”. We propose to analyze the ways in which names and concepts, sometimes, constitute the same epistemological weave that gives meaning to historiographical narratives and how, sometimes, they determine the conceptions of history, time, document and narrative for these authors and works. For that, we resort to the constitution of the so-called “Escola do Recife” as a concept referring to a group of intellectuals and their effort to establish an intellectual movement born in the Empire, but which unfolds throughout the republican period. Thus, we intend to contribute to the criticism of the theory of History and historiography in its epistemological dimension, in addition to the clash between narrativism and meta-history.

Keywords: Nominalism. Conceptualization. Historiography. History of Ideas.

ENTRE PALABRAS Y COSAS: NOMINALISMO Y CONCEPTUALIZACIÓN EN LA HISTORIOGRAFÍA DE LAS IDEAS Y LA AFIRMACIÓN DE LA “ESCOLA DO RECIFE”

Resumen: El trabajo busca discutir el problema de los nombres y conceptos en un amplio marco historiográfico que incluye varios debates y autores en múltiples contextos temporales y espaciales, pero que giran en torno a la denominada “Historia de las ideas”, “Historia intelectual” e “Historia de los intelectuales”. Proponemos analizar las formas en que los nombres y conceptos, en ocasiones, constituyen el mismo tejido epistemológico que da sentido a las narrativas historiográficas y cómo, en ocasiones, determinan concepciones de historia, tiempo, documento y narrativa para estos autores y obras. Para ello, recurrimos a la constitución de la denominada “Escola do Recife” como concepto referido a un grupo de intelectuales y sus esfuerzos por establecer un movimiento intelectual nacido en el Imperio, pero que se despliega en todo del período republicano. Así, pretendemos contribuir a la crítica de la teoría de la historia y de la historiografía en su dimensión epistemológica, además del choque entre narrativismo y metahistoria.

Palabras clave: Nominalismo. Conceptualización. Historiografía. Historia de las Ideas.

Referências

- BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Rio de Janeiro: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 48, n. 2, 2005.
- BRETT, A. Que é a história intelectual hoje? In: CANNADINE, D. (coord.). **Que é a História Hoje?** Lisboa: Gradiva, 2006.
- GINZBURG, C. Provas e Possibilidades à margem de “*Il Ritorno de Martin Guerre*”, de Natalie Zemon Davis. In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.
- COUTINHO, A. B. **A Filosofia das Ciências Naturais na Escola do Recife**. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1988.
- DIEHL, A. A. Teoria Historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. Belo Horizonte: **VARIA HISTÓRIA**, vol. 22, nº 36, jul/dez de 2006.
- FALCON, F. A Identidade do Historiador. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, 17, 1996.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **O que é um autor?** 8. ed. Lisboa: Passagens, 2012.
- GOLDMAN, M. **Razão e diferença**: afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Lévy-Bruhl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora GRYPHO, 1994.
- IANNI, O. Estilos de pensamento. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, J. Q. de. (Organizadores). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- JENKINS, K. **A História Repensada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historiaintelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José (org.). **Giro lingüístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad nacional de Quilmes, 2012, p. 237-293.
- MORAES FILHO, E. **As ideias fundamentais de Tavares Bastos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- NASCIMENTO, J. C. do. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Ed. UEL, 1999.
- NASCIMENTO, M. L. do. **Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife**: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M. (Org.). **História, verdade, tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Contribuições e Estudos Gerais para o Exato Conhecimento da Literatura Brasileira. (2º Volume). 7.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1980.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, H. R. da. Transferências de Saberes: modalidades e possibilidades. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez. 2010.

SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 247-8.

STONE, L. O ressurgimento da narrativa, reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**. Dossiê História – Narrativa. N.s 2/3. Campinas, 1991.

WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a Crítica da Cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SOBRE O AUTOR

Aruanã Antonio dos Passos é doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco.

Recebido em 24/09/2020

Aceito em 04/11/2020